

A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS LIGADOS A AGRICULTURA FAMILIAR NA CONSTRUÇÃO DO PPA-P 2008-2011 NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO JACUÍPE-BA

Elene Machado de Oliveira¹; Edinusia Moreira C. Santos²

1. Bolsista PIBIC/AF, Graduanda em Bacharelado em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: elenedeipira@yahoo.com.br
2. Orientadora, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: nusiafs@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Participação, Movimentos Sociais, PPA-P.

INTRODUÇÃO

As estratégias de planejamento, apresentadas pelo governo Jaques Wagner no estado da Bahia, a partir de 2007 propõem construir um novo modelo de gestão. Esse modelo tem como pauta a participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas. O Plano Plurianual Participativo (PPA-P) faz parte desse processo, vigente de 2008 a 2011, o PPA-P coloca-se como uma experiência de planejamento e participação social no cenário baiano.

Para elaborar o Plano Plurianual (PPA), o governo do estado realiza o PPA-P, com o intuito de apresentar a sociedade as suas diretrizes estaduais e, também ouvir as sugestões, as necessidades e os problemas sociais devendo ter como premissa o recorte territorial.

De acordo com essa lógica do governo de fazer planejamento, levando em consideração expectativas e demandas dos segmentos da sociedade civil, o presente trabalho se dedicou a analisar a participação dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar na elaboração/implementação do PPA-P (2008-2011), no Território de Identidade Bacia do Jacuípe, bem como o papel do Conselho Regional de Desenvolvimento Territorial da Bacia do Jacuípe (CODES) nesse processo. Desta forma, cabe aqui a análise da participação dos referidos movimentos, na definição de prioridades do seu Território, cuja intenção é constatar se as propostas elaboradas pelos movimentos foram de fato incorporadas nos programas e ações das Secretarias do governo, ou seja, no Plano Plurianual (PPA).

METODOLOGIA

Como parte inicial deste estudo científico, foi realizado um levantamento bibliográfico, a fim de buscar subsídios e obter informações sobre a temática em questão, assim como constituir o embasamento teórico necessário para o desenvolvimento desta pesquisa. Com base no levantamento bibliográfico foi montado o referencial teórico que por sua vez, tem como objetivo fornecer uma visão geral do assunto proposto norteando a pesquisa. A montagem do referencial foi pautada em alguns conceitos como, território de identidade, participação, PPA-P e movimentos sociais.

Posteriormente, com o intuito de identificar os movimentos sociais que participaram das plenárias do PPA-P e suas propostas, foi realizada uma análise documental a partir do relatório final da plenária do PPA-P (2008-2011) do Território Bacia do Jacuípe, onde estão contidas as sugestões dos representantes dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar. De acordo com as análises das fases anteriores foi elaborado o relatório parcial, constando os resultados obtidos até o momento. A fim de esclarecer as dúvidas surgidas com a análise documental, foi realizado o trabalho de campo, onde foram realizadas coletas de informações através da realização de entrevistas com os representantes dos movimentos sociais ligados a agricultura familiar que participaram da construção do PPA-P 2008-2011 e questionário com o representante do Conselho Regional de Desenvolvimento Territorial da Bacia do Jacuípe (CODES). Com base no que foi

apreendido durante a execução da pesquisa foram realizadas análises dos dados obtidos e elaboração do relatório final.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O PPA-P é uma iniciativa do governo estadual de superação das esgotadas estratégias de desenvolvimento regional, cuja elaboração de políticas públicas não expressava caráter e nem envolvimento social. Neste sentido, o PPA-P representa uma inovação política de planejamento do estado da Bahia, que busca incorporar o envolvimento e o comprometimento de novos agentes: sociedade civil organizada, empresários e as instâncias governamentais, na formulação de políticas públicas, a fim de consolidar um conjunto de propostas de programas e ações, voltadas para atender melhor as necessidades da população conforme as particularidades de cada território. Diante desta perspectiva, faz-se necessário abordar a inserção desses agentes neste cenário de inovação política do estado da Bahia, assim como analisar até que ponto essa participação da sociedade civil se efetiva.

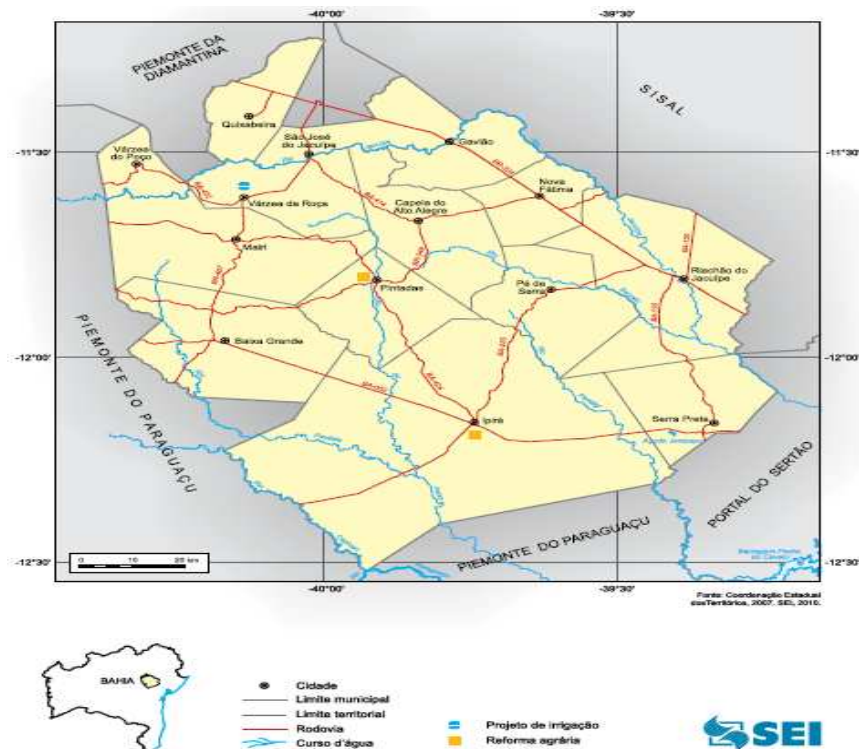
Em relação ao conceito de participação Teixeira (1997, p.187) sinaliza que “Independente das formas com que pode revestir, a participação significa fazer parte, tomar parte, ser parte de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas”.

Dessa forma, pode-se compreender que o conceito de participação mencionado requer um processo de construção coletiva e tomada de decisão através do envolvimento de diferentes agentes sociais, de forma contínua e não pontual, priorizando o direito de decidir junto, de compartilhar a administração, opinar sobre as prioridades de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.

O Território da Bacia do Jacuípe é um dos 27 Territórios de Identidade da Bahia, abrange 14 municípios: Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço conforme demonstra o (mapa 01).

O Conselho Regional de Desenvolvimento Territorial da Bacia do Jacuípe (CODES) é responsável, pela coordenação dos trabalhos inerentes à definição e implementação de políticas públicas no Território de Identidade Bacia do Jacuípe. A atuação do CODES é guiada pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS), que se constitui como uma estratégia de gestão do processo de desenvolvimento territorial sustentável. Nesse sentido, O PTDS do Território Bacia do Jacuípe, é tido como o principal instrumento norteador do planejamento de políticas públicas.

Para o PPA-P (2008-2011), este conselho foi o articulador do mesmo mobilizando a sociedade civil para participarem da construção de demandas a serem incluídas no PPA e se converterem em políticas públicas posteriormente. Para isto o CODES coordenou e mediu pré-plenárias em todo o território em busca de consulta e mobilização da sociedade para participarem do PPA-P. Além disso, este Conselho é o responsável pela coordenação do processo de gestão social, e é constituído por representantes da sociedade civil, e de representantes do poder público estadual e municipal que atuam no Território de Identidade Bacia do Jacuípe.



Mapa 01- Território de Identidade Bacia do Jacuípe-Ba, 2012

Segundo dados da Secretária do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN, 2010), os representantes das entidades sociais nos territórios foram divididos em grupos temáticos, que por sua vez, debateram e apresentaram 8.343 propostas que, após serem analisadas em suas consistências e enquadramentos, compuseram os programas e as ações das Secretarias do Governo no PPA 2008-2011. Após a análise da base técnica da SEPLAN constatou-se que entre os grupos temáticos, o de agricultura e desenvolvimento rural foi o que teve maior adesão, 22,3% dos participantes; seguido de educação e saúde que registraram, respectivamente, 14,6% e 10,6% dos inscritos. Referente ao território em estudo, a agricultura ficou na terceira opção em relação à decisão da sociedade quanto às prioridades temáticas, por Territórios de Identidade no PPA.

Referindo-se às propostas alusivas ao Território de Identidade Bacia do Jacuípe, pode-se constatar através do relatório, que a maioria das propostas elaboradas pelos seguimentos da sociedade civil de forma direta ou indireta estão pautadas para o melhoramento da agricultura no território, a partir de incentivos e fornecimento de tecnologia e água, curso de capacitação e assistência técnica para os agricultores e crédito rural por parte do poder público. Dentre as propostas elaboradas na plenária pelas entidades ligadas a agricultura familiar, pode-se verificar que algumas delas depois de ajustadas compuseram as diretrizes estratégicas, ou seja, os programas e ações das Secretarias do Governo no PPA 2008-2011. Entre estas propostas se destacam: a) Capacitação de técnicos e agricultores na produção e armazenamento de sementes; b) adesão de agricultores familiares ao Fundo Garantia Safra do Governo Federal; c) Apoio a Produtores para Fortalecimento das Atividades de Produção, Beneficiamento e Comercialização de Produtos Agrícolas e Pecuários. Em contrapartida as propostas como, por exemplo: operação de unidades de irrigação deveria ser ampliada e a construção de barragens não foram incluídas nos programas e ações

do governo, o que nos leva a afirmar que a participação e colaboração da sociedade civil organizada de certa forma foi positiva, levando em consideração dentre outros fatores o contexto histórico e político da Bahia, mas é válido lembrar que a incorporação das propostas no plano do governo precisam ser urgentemente ampliadas para que possam atender melhor as necessidades das entidades envolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa do governo em fazer planejamento considerando a participação da sociedade civil é interessante e plausível, uma vez que contribui para o fortalecimento da democracia e descentralização administrativa. Porém, esta participação deve ser ampliada e estruturada de forma que a participação da sociedade civil no processo de gestão do estado, sobretudo na formulação das políticas públicas, não seja apenas de caráter consultiva, mas também deliberativa. Para isto é preciso desmontar a estrutura verticalizada da gestão de modo que a sociedade civil e seus segmentos conquistem cada vez mais o poder político.

REFERÊNCIAS

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **As dimensões da Participação Cidadã**. CADERNO CRH, Salvador, n. 26/27, p. 179-209, jan./dez. 1997. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br>.

Disponível em:

<http://www.seplan.ba.gov.br/sgc/arquivos/20100302_110441_05_PPA_CONSTRUCAO_D_O_PPA_PARTICIPATIVO.pdf.> Acesso no dia 02/06/2012

<http://www.seplan.ba.gov.br/mapa.php>. Acesso em 10/07/2012.